

APRESENTAÇÃO

Está no ar o número 7 da Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico. Trata-se de um número especial, pois além de apresentar discussões alinhadas com o tema governo eletrônico e a construção da chamada democracia digital, levantadas por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento num contexto multidisciplinar, traz as pesquisas debatidas durante o 15º Encontro Ibero-Latino-Americano de Governo Eletrônico e Inclusão Digital, ocorrido em Curitiba, na PUC-PR, durante no dia 08 de novembro de 2012.

O Encontro ocorreu em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Universidad de Zaragoza, Escuela Judicial de América Latina, Conselho Nacional de Justiça, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Universidade Federal de Santa Catarina.

O Encontro, assim como a Revista, é uma ação do Grupo de Pesquisa em Governo eletrônico, inclusão digital e sociedade do conhecimento, cadastrado no CNPq, do qual fazem parte pós-graduandos (mestrandos e doutorandos) dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento e em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

No total, onze trabalhos foram contemplados nesta edição, sendo 05 deles apresentados no evento referido acima e 06 não. Estes últimos são os de número 02, 03, 06, 07, 09 e 10. O índice geral de aceitação dos trabalhos submetidos ficou em 68,75%.

O primeiro artigo trata da problemática da guarda de registros na *Internet*, partindo do estudo da intervenção estatal a partir do parâmetro do direito geral de liberdade como fator limitador. Conclui enfatizando que é necessária uma regulamentação específica nesse sentido, uma vez que sua ausência tem violado direitos fundamentais e que sob o aspecto de conteúdo é preciso atentar para a distinção das espécies de registros.

Já o segundo artigo demonstra o papel desempenhado pelas mídias sociais na sociedade atual e busca verificar de que maneira a cibercidadania tem corroborado para o aperfeiçoamento da democracia representativa.

A partir de uma revisão de literatura sobre as mudanças na teoria do processo, o terceiro artigo busca averiguar se as recentes mudanças representam o início de uma mudança cultural que respalde uma maior qualidade da prestação jurisdicional ou se representam apenas uma melhora na celeridade no processo. Para tal, analisa amostras de processos consumeristas julgados pelo Superior Tribunal de Justiça nos anos antecedentes a virtualização do processo e nos anos posteriores, 2006, 2011 e 2012.

O quarto artigo pretende demonstrar as possibilidades científicas que se abriram com a Lei 12.527/11, que regulamenta o Direito Constitucional à Informação, para o estudo aplicado dos dados do Poder Judiciário. Tal direito constitucional, somente pôde ser efetivado, com o uso da internet pelo poder público, demonstrando a interação cada vez maior da democracia com as Tecnologias da Informação.

O processo eletrônico também é tema do quinto artigo, que apresenta o e-proc do Tribunal Regional Federal da Quarta Região como instrumento adequado ao atingimento dos fins colimados pela Reforma do Poder Judiciário (EC 45/2004). São abordados dados empíricos decorrentes da plena operacionalidade do e-proc no TRF4 e apresentadas as perspectivas na evolução desse sistema.

Partindo da análise das instituições políticas de democracia direta presentes no ordenamento jurídico brasileiro, o sexto artigo visa explorar meios alternativos de participação popular na política, propondo assim um projeto de petições públicas virtuais que visa complementar a ação das instituições políticas já existentes no atual modelo brasileiro de democracia representativa.

O enfoque a participação e a cidadania também está presente no sétimo artigo, que tem por objetivo dialogar com as recentes discussões acerca da apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação como ferramentas de promoção da cidadania, debatidas através do recorte de gênero por meio da análise do perfil dos internautas brasileiros e do conteúdo do documento resultante do I Fórum da Internet no Brasil. Através da observação participante e da análise do conteúdo desse documento, buscou-se identificar de que forma a questão de gênero foi pautada dentro do evento.

O oitavo artigo pretende demonstrar a aplicabilidade da metodologia *CommonKads* em ambiente governamental. Para tal, parte de uma revisão teórica sobre a metodologia e sua aplicação no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, de forma a identificar soluções para a Gestão do Conhecimento. A partir da sua aplicação, foram encontradas dificuldades na recuperação de documentos para o processo de decisão no

tomada de decisão ou prolação dos atos, como o sentenciamento, bem como na justificção de decisões tomadas, tarefa intensiva de conhecimento.

Já o nono artigo, pretende destacar a postura inovadora do Supremo Tribunal Federal brasileiro diante das demandas da era digital e da sociedade brasileira. Aborda o processo de informatização judicial, o sistema e-STF e o PJe, bem como dados sobre a utilização de tecnologias de informação e comunicação. Constata uma preocupação com a gestão judiciária e uma tendência de aproximação do Supremo Tribunal Federal com o cidadão. Conclui que as inovações são importantes, mas o foco deve ser a gestão da jurisdição.

O décimo artigo apresenta o resultado de um estudo preliminar para a elaboração de proposta de informatização do Prontuário SUAS, compreendendo o mapeamento dos principais processos que envolvem o Prontuário SUAS e as indicações dos sistemas da RedeSUAS (Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social) com os quais o Prontuário SUAS poderá interoperar.

E finalmente o décimo primeiro artigo busca fazer uma avaliação dos sítios dos Tribunais de Justiça brasileiros utilizando como base os critérios dispostos tanto na cartilha de usabilidade para portais e sítios do Governo Federal quanto na métrica LEFIS/ UFSC, dando ênfase aos quesitos de acessibilidade, navegabilidade e padronização visual. Os resultados apontam para uma relativa semelhança no que concerne aos serviços e links disponibilizados ao longo dos sítios e em contraponto, uma forte discrepância no que concerne a layout, menu e estruturas de navegação, não sendo possível observar qualquer tipo de padrão entre eles.

Gostaríamos de agradecer imensamente aos Professores Doutores, especialistas de notório saber nos temas da revista, que dispuseram do seu tempo e participaram das avaliações dos artigos apresentados nesta edição. São eles:

Professores	Instituição
Adalberto Simão Filho	Faculdades Metropolitanas Unidas
Adriana Silva Maillart	UNINOVE
Alessandro Rosini	Faculdades Metropolitanas Unidas
Anselmo José Spadotto	UNINOVE/UNESP
Denilson Sell	Universidade Federal de Santa Catarina
Fernando Galindo	Universidad de Zaragoza
José Miguel Busquets	Universidad de la República
José Renato Cella	PUC/PR
Marcos Cavalcanti	Crie - Coppe/UFRJ
Maurinice Evaristo Wenceslau	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Mônica Bonetti Couto	UNINOVE

Orides Mezzaroba	Universidade Federal de Santa Catarina
Ricardo Piana	Universidad Nacional de La Plata
Roberto Fragale Filho	Universidade Federal Fluminense
Samantha Meyer-Pflug	UNINOVE
Taysa Schiocchet	UNISINOS

Os artigos aqui publicados foram avaliados por no mínimo dois especialistas, em *double blind review*. Agradecemos também aos nossos autores e aqueles que colaboraram enviando seus artigos e esperamos que nossos leitores aproveitem a leitura e busquem participar ativamente das discussões sobre as temáticas desta revista.

Boa leitura a todos!

Paloma Maria Santos
Aires José Rover
Comitê Editorial

Florianópolis, 13/11/2012.